

**cis**

centro  
de investigação  
e intervenção social

Projecto LIFE06 NAT/P/000191 "Recuperação do habitat do Lince-Ibérico  
no Sítio Moura/Barrancos" - Acção E.1

## **RELATÓRIO DO WORKSHOP**

**Gestão de recursos naturais, conservação da natureza e  
economia local**

### **ANEXO Fichas de Trabalho**



**Lista de Abreviaturas**

ADCM – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura

AFN – Autoridade Florestal Nacional

AJAM – Associação de Jovens Agricultores de Moura

ANPC - Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça

CAMB – Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CEAI – Centro de Estudos para a Avifauna Ibérica

CMM – Câmara Municipal de Moura

DRAP – Direcção Regional de Agricultura e Pescas

EDIA – ERENA - Ordenamento e Gestão de Recursos Naturais

FAC – Federação Alentejana de Caçadores

FENCAÇA – Federação Portuguesa de Caça

GC – Gestor cinegético

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

JFSA – Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

P – Proprietário de herdade

SEPNA – Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR

**Lista de participantes (por ordem alfabética)**

Alexandre Barros (GC)  
Ana Perdigão (FENCAÇA)  
António Barreto (EDIA)  
António Camarate Campos (DRAP Alentejo)  
António Fialho (P)  
António Guerreiro (FAC)  
Arménio Lança (FAC)  
Carla Janeiro (CEAI)  
Carlos Carrapato (ICNB)  
Cecília Banha (CMM)  
Cláudia Gonçalves (CAP)  
Eduardo Morais (FENCAÇA)  
Eduardo Santos (LPN)  
Fernando Moital (CEAI)  
Filipa Loureiro (LPN)  
Filipe Sousa (ADCM)  
Francisco Borges (DRAP Alentejo)  
Francisco Nunes Garcia (P)  
Helena Ramalho (AFN)  
Isabel Caldeira Balancho (JFSA)  
Jamília Leite Machado (EDIA)  
João Carvalho (ANPC)  
João Ribeiro (CAMB)  
José Carapinha (SEPNA)  
Lília Fidalgo (CCDR Alentejo)  
Luís Banha (CAP)  
Manuel Fialho (CAMB)  
Mário Grosso (SEPNA)  
Miguel Raposo Pedro (AJAM)  
Nuno Lecoq (AFN)  
Pedro Eugénio de Almeida (P)  
Pedro Rocha (ICNB)  
Raquel Ventura (ICNB)

## Figuras 1 a 4. Sessões de trabalho



## Grupo 1 – Fichas de trabalho

**Tabela 1.1. Aspectos positivos identificados**

<p><b>Solo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Protecção do solo através de florestações com espécies autóctones (e não autóctones), manutenção e gestão das existentes combatendo o processo de desertificação.</li> <li>- Aplicação das medidas Agro-Ambientais</li> <li>- Existência do plano sectorial da Rede Natura e das respectivas orientações de gestão</li> <li>- Manutenção da actividade agrícola e silvícola</li> </ul>
<p><b>Água</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação da Lei da Água</li> <li>- Gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais</li> </ul>
<p><b>Fauna</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ordenamento cinegético</li> </ul>
<p><b>Economia Local</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Turismo cinegético</li> <li>- Multifuncionalidade da actividade rural</li> </ul>
<p><b>Aspecto legislativo bastante forte</b></p> <p>Em relação a este aspecto a legislação é bastante forte e existe uma boa manutenção dos recursos naturais. A biodiversidade nesta região é bastante rica. Pouca utilização de agro-químicos garantindo assim desta forma a biodiversidade. Utilização de equipamentos agrícolas adequados ao cumprimento da condicionalidade e práticas culturais.</p>

**Tabela 1.2. Problemas identificados**

<b>Ordem</b>	<b>Problema</b>	<b>Pontuação</b>
1.	<b>Desarticulação entre políticas europeias e nacionais</b> A impossibilidade de utilizar um direito atribuído pela E.U. através do Ministério da Agricultura por limitações do Ministério do Ambiente (ex.: desmatações)	10
2.	<b>Falta de comunicação e informação entre todos.</b>	9
3.	<b>Excesso de entidades envolvidas na gestão do ambiente e conseqüente desarticulação</b>	7
4.	<b>Ausência de ITI´s</b>	7
5.	<b>Falta de apoios/ não pode ser só proibir. Necessidade de alternativas</b> Falta de apoios (compensação) das entidades para compensar as limitações exigidas pela legislação nos sítios Natura 2000	5
6.	<b>Falta de sensibilidade para as questões do ambiente / recursos naturais</b>	4
7.	<b>Insuficiência na aplicação das medidas agro e silvo ambientais e falta de incentivos económicos</b>	4
8.	<b>Despovoamento e desemprego</b>	3
9.	<b>Necessidade de apostar na sensibilização para a conservação da natureza</b>	3
10.	<b>Insuficiente aposta e apoio ao eco-turismo em espaço rural</b>	2
11.	<b>Sobre-exploração e inadequação dos recursos hídricos</b>	2
12.	<b>Sentimento de impunidade</b>	2
13.	<b>Prevenção e combate a incêndios</b>	2
14.	<b>Dificuldade de compatibilizar utilização de recursos</b>	1
15.	<b>Inadequado processo de gestão do problema do lince-ibérico nas vertentes sociais e económicas</b>	0
16.	<b>Gestão centrada em Lisboa (desconhecimento e distância)</b>	0
17.	<b>Falta de concretização das orientações do plano sectorial para o lince ibérico</b>	0
18.	<b>Falta de implementação do programa antídoto</b> Resolver os problemas da aplicabilidade do programa "Antídoto"	0
19.	<b>Falta de valorização do estatuto da profissão agrícola + formação para a profissão</b>	0

**Tabela 1.3. Soluções identificadas para os 3 Principais problemas**

<p><b>Problema 1</b> <b>Desarticulação entre políticas europeias e nacionais</b></p>	<p><b>Compatibilização da legislação</b> Sensibilização dos membros do governo que tutelam as áreas referenciadas para articulação dos diferentes tipos de legislação <i>Meios necessários:</i> Mobilização das diferentes instituições / agentes da sociedade <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Públicos e privados.</p>
	<p><b>Simplificação / Adequação regional</b> <i>Meios necessários:</i> Haver normas de aplicação adequadas a cada região em consonância com os diversos organismos intervenientes. <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Constituição de conselhos regionais.</p>
<p><b>Problema 2</b> <b>Falta de comunicação e informação entre todos</b></p>	<p><b>Participação pública</b> Promoção da participação pública <i>Meios necessários:</i> Recursos financeiros para execução dos meios de sensibilização; Mobilização de pessoas e entidades <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Associações sectoriais; Entidades públicas (centrais e locais)</p>
	<p><b>Divulgação e esclarecimento</b> <i>Meios necessários:</i> Demasiadas exigências levam ao desligamento / afastamento. <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Associações de agricultores, estabelecimentos de ensino e ministérios.</p>
<p><b>Problema 3</b> <b>Excesso de entidades envolvidas na gestão do ambiente e conseqüente desarticulação</b></p>	<p><b>Simplificação de procedimentos (mas não das soluções)</b> Articulação e integração efectiva entre entidades e mecanismos reguladores, incluindo reajuste em caso de necessidade. <i>Meios necessários:</i> Vontade política, pressão da opinião pública <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Administração Pública.</p>
	<p><b>Desburocratização</b> Reduções drásticas das entidades envolvidas. <i>Meios necessários:</i> Fusão de entidades - reestruturação <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Ministérios do Ambiente e da Agricultura.</p>
<p><b>Problema 4</b> <b>Ausência de ITI's</b></p>	<p><b>Implementação adequada da ITI</b> Urgente elaboração e implementação da ITI com mecanismos agilizados e incentivos financeiros adequados. <i>Meios necessários:</i> Transparência na utilização de fundos, divulgação na aplicação dos fundos e sensibilização da opinião pública. <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> MADRP e MAOTDR.</p>
	<p><b>Agro-Ambientais adequadas</b> Aumento de ITI's para sitio Natura 2000 Moura/Barrancos. <i>Meios necessários:</i> Acréscimo das medidas de poder <i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Ministérios da Agricultura e Ambiente.</p>

## Grupo 2 - Fichas de trabalho

**Tabela 2.1. Aspectos positivos identificados**

<p><b>Conservação da Biodiversidade</b> Um enquadramento legal parcialmente adequado para a conservação dos recursos naturais existentes no sítio da Rede Natura 2000 Moura/Mourão/Barrancos, nomeadamente habitats, espécies de suporte e outras cujo estatuto de conservação determine a adopção de medidas. Embora esta legislação necessite de ser corrigida e ajustada às realidades locais.</p>
<p><b>Ordenamento Cinegético</b> Permite a identificação de actores locais para o sector e complementa rendimento agro-silvo-pastoril. Fomenta a atracção de turistas visitantes que contribuem também para dinamizar a economia local. Defende a adopção de medidas de gestão que podem fomentar a conservação de espécies protegidas. Ex: fomento do coelho</p>
<p><b>Classificação como Rede Natura</b> Potencia a gestão de forma compatível com a conservação e proporciona incentivos financeiros</p>

**Tabela 2.2. Problemas identificados**

Ordem	Problema	Pontuação
1.	<b>Falta de modelo de gestão participado / com mais informação*</b>	14
2.	<b>Falta de compensações para os proprietários / produtores*</b>	10
3.	<p><b>Desajustamento da Rede Natura com a realidade local</b> Não prevê um modelo de compensações adequado nem as infra-estruturas necessárias. Alguns sítios (caso deste) abarcam realidades muito diferentes que, no entanto, são abordadas da mesma forma. O nível de preocupação com a RN 2000 é desajustado quando quatro freguesias do concelho de Moura não têm água potável. As populações locais não foram envolvidas na implementação da RN 2000. Seria mais eficaz o Estado implementar estas medidas em terrenos do sector público e não em terrenos privados.</p>	9
4.	<p><b>Tipo de abordagem das entidades aos proprietários / produtores</b> Impõem apenas restrições e não têm em conta os interesses das populações locais</p>	4
5.	<b>Aparecimento / re-introdução do lince*</b>	3
6.	<p><b>Declínio do montado de azinho</b> Devido ao excesso de encabeçamento, que causa envelhecimento do montado</p>	1
7.	<p><b>Presenças de espécies ameaçadas / protegidas</b> Emissão de pareceres por parte do ICNB que limitam a actividade e impedem as actividades agrícolas e pecuárias A presença destas espécies reduz a produtividade, pode levar ao desaparecimento das pessoas e não constitui uma oportunidade de negócio</p>	0

Nota: na fase de apresentação e discussão dos problemas foram elencados mais três problemas (identificados com \*) do que os propostos pelos sub-grupos nas fichas de trabalho.



**Tabela 2.3. Soluções identificadas para os 3 Principais problemas**

<p><b>Problema 1</b> <b>Falta de modelo de gestão participado / com mais informação</b></p>	<p><b>Gestão Participada</b> Re-estudar e identificar a realidade local. Agricultura, actividades do uso do solo, actividades económicas e caracterização social da zona</p> <p><i>Meios necessários:</i> Financiamento, recursos humanos para secretariado, material informático</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Constituir uma comissão de gestão com participação de todos os representantes locais: proprietários, agricultores, gestores de caça, agentes de fiscalização e segurança, actividades de lazer. Esta comissão elabora as directrizes de gestão ou recomendações que devem ser implementadas.</p> <hr/> <p><b>Elaboração do Plano de Gestão</b> Preparar um plano de gestão que envolva todos os agentes para arranjar uma forma que concilie todos os interesses.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Recursos financeiros (70.000 euros); Recursos humanos; Locais para reuniões.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Todos</p>
<p><b>Problema 2</b> <b>Falta de compensações para os proprietários / produtores</b></p>	<p><b>Financiamento</b> Inventariar necessidades de recursos e propor fontes de financiamento: fundos comunitários; orçamento de estado; outros financiamentos, doações, etc.</p> <p><i>Meios necessários:</i> A avaliar</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Estado e Comunidade Europeia.</p> <hr/> <p><b>Criação de uma Intervenção Territorial Integrada</b> Criar uma zona de ITI. Criar mecanismos que tornem a gestão sustentável, através de produtos e/ou prestação de serviços ambientais.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Financiamento do Ministério da Agricultura; Envolvência dos interlocutores.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Ministérios de Agricultura e Ambiente, produtores, proprietários, associações de agricultores, cooperativas.</p>
<p><b>Problema 3</b> <b>Desajustamento da Rede Natura com a realidade local</b></p>	<p><b>Caracterização qualitativa e quantitativa pormenorizada da realidade local</b> Subdividir a zona ou sítio em várias zonas de actuação. Caracterizar pormenorizadamente cada zona (agricultura, uso do solo, actividades económicas, dificuldades sociais, etc.).</p> <p><i>Meios necessários:</i> Financiamento; Recursos humanos para inquirir, inventariarem e contactar as pessoas; Material informático para tratar dados</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Participação das populações e representantes locais; empregar especializados em recolha e tratamento de dados.</p>

**Ordenamento**

Criar um ordenamento geográfico tendo em conta especificidades edafoclimáticas, de uso do solo.

*Meios necessários:* Recursos financeiros; cartografia actualizada.

*Instituições e agentes envolvidos:* ICNB, Escola Superior Agrária de Beja e Universidade de Évora.

**Grupo 3 – Fichas de trabalho**

**Tabela 3.1. Aspectos positivos identificados**

<p><b>Ordenamento Cinegético</b> O interesse económico da caça e a legislação em vigor fez com que o número de concessões de caça (zonas de caça) crescesse muito nos últimos anos. Isso levou à implementação, em grandes extensões do território, de medidas adequadas de ordenamento que originaram a melhoria das condições para as espécies cinegéticas e muitas outras espécies de fauna e flora.</p>
<p><b>Agro-Ambientais</b> Os subsídios provenientes da PAC com objectivos de melhorar as práticas agro-florestais do ponto de vista ambiental, trouxeram melhorias à conservação da Natureza e Biodiversidade. Houve uma melhoria do estado do montado com a diminuição das podas com o objectivo de produção de carvão</p>
<p><b>Criação de protocolo de colaboração com entidade estatal</b> Foi celebrado um protocolo com a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo no sentido do desenvolvimento de acções específicas na recuperação da flora autóctone que visa a recuperação das espécies presa do lince, dentro de uma herdade da qual o estado é proprietário.</p>
<p><b>Tentativa de interacção entre Acções do Projecto e Proprietários</b> Tentativa de aproximação e esclarecimento por parte dos técnicos do projecto a um número muito reduzido de proprietários e entidades ou gestores. Ex: este workshop</p>

**Tabela 3.2. Problemas identificados**

<b>Ordem</b>	<b>Problema</b>	<b>Pontuação</b>
1.	<p><b>Problemas de comunicação, informação e relacionamento</b></p> <p>Inexistência de acções de divulgação sobre temáticas, objectivos e acções a desenvolver neste projecto.</p> <p>Fraca interacção entre proprietários, entidades económicas e os responsáveis pelo projecto.</p> <p>Informação inadequada, falta de confiança a partir dos proprietários, rendeiros, gestores cinegéticos, autarcas, associações, etc.</p>	15
2.	<p><b>Imposição de limitações às diversas actividades</b></p> <p>As limitações impostas a nível de exploração agro-pecuária, florestal, cinegética, industrial reflectem-se na perda de rendimento, na diminuição de postos de trabalho, abandono de certas actividades agrícolas, com impacto negativo na economia da zona.</p> <p>Levam a que haja falta de competitividade do sector agro-pecuário, face à realidade do mercado.</p> <p>A exclusão dos terrenos, com melhor aptidão agrícola, do concelho de Moura, do perímetro de rega do Alqueva acarreta um prejuízo significativo para a produção e para a natureza, dado esta zona estar sujeita a extensos períodos de seca extrema, o que afecta grandemente a Biodiversidade e o ecossistema.</p>	15
3.	<p><b>Falta de apoios financeiros (comparticipações e contrapartidas)</b></p> <p>Falta a implementação de políticas de contrapartida adequadas à escala do problema.</p> <p>Para compensar as quebras de rendimento e perdas provenientes das limitações e inviabilizações originadas, como p.ex. proibições de instalação de regadio e olival, levando à inviabilização das explorações e conseqüente perda de rendimentos dos proprietários, com desvalorização dos próprios terrenos.</p>	15
4.	<p><b>Desajuste das medidas impostas ao sector cinegético</b></p> <p>Não reconhecimento da actividade cinegética como o factor de recuperação do ecossistema para a recuperação do lince-ibérico.</p> <p>Desajuste de medidas impostas à gestão de zonas ordenadas pondo em causa a sustentabilidade do meio.</p>	3

**Tabela 3.3. Soluções identificadas para os 3 Principais problemas**

<p><b>Problema 1</b> <b>Problemas de comunicação, informação e relacionamento</b></p>	<p><b>Simplificação da informação</b> Simplificação da informação - A informação tem que ser dada em vários canais (escolas, cafés, revistas científicas, jornais). Informação deve conter os objectivos do projecto, as implicações do mesmo na actividade económica com apoios disponibilizados e colaboração esperada. Justificação da informação. Exemplificação de boas práticas.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Visitas, fóruns, conferências, utilização das sedes das associações para transmissão da informação aos seus associados.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Associações de produtores agro-silvo-pastoril e cinegética; Autarquias/tutela.</p>
	<p><b>“A falar é que a gente se entende”</b> Contacto entre os vários intervenientes (proprietários, agricultores, autarquias, estruturas turísticas, associação de produtores, etc.). Convite à participação e colaboração nas várias fases do projecto, principalmente na concepção dos estados iniciais das acções e medidas a implementar. Sessões de esclarecimento sobre aspectos técnicos e práticos do projecto, direccionados à população em geral. Envolvimento das comunidades e empresas locais na execução dos projectos e acções, contribuindo para um maior envolvimento dos mesmos.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Workshops, reuniões periódicas, divulgação na comunicação local. Acções de formação e sensibilização</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Associações de agricultores, cooperativa agrícola, empresas, associações de caçadores, proprietários, autarquias, juntas de freguesia, contribuintes, ICNB, escolas</p>
<p><b>Problema 2</b> <b>Imposição de limitações às diversas actividades</b></p>	<p><b>Alteração do paradigma</b> Alteração do paradigma da imposição para cooperação. Tomada de decisão em conjunto e por passos. Simplificação de medidas.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Reuniões e encontros sobre as medidas a implementar.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> A tutela e os actores locais: proprietários, agricultores, autarquias, associações</p> <p><b>“Não é com vinagre que se apanham moscas”</b> Ouvir os proprietários e todos os intervenientes nas actividades agrícolas, pecuária, cinegética, agro-industrial. Adequar e ajustar as diversas acções às várias realidades locais e específicas. Manutenção das actividades socio-económicas e tradicionais da região. Reestruturar o perímetro de rega do Alqueva, no que toca às várias Áreas integradas na Rede Natura 2000, com especial aptidão agrícola.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Alteração de Despachos Normativos que limitam todas estas actividades. Reuniões com os vários intervenientes.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Estado, ICNB, Populações locais, comunidade.</p>

<p><b>Problema 3</b> <b>Falta de apoios financeiros (comparticipações e contrapartidas)</b></p>	<p><b>ITI (Intervenção Territorial Integrada), como existe noutras zonas do país</b></p> <p>Criação de políticas de ajudas financeiras desenhadas numa base regional, que dê resposta a problemas específicos, isto é, a criação de medidas de apoio financeiro que compensem a perda eventual de rendimento com a implementação de medidas de conservação da biodiversidade.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Produção dos instrumentos legais necessários.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Ministérios da Agricultura e Ambiente.</p>
	<p><b>“Não podem ser poucos a pagar o bem de todos”</b></p> <p>Ajustar medidas e apoios à realidade da região. Compensar economicamente a perda de produção e rendimento nas zonas que por interesse nacional, sejam alvo de restrições à produção.</p> <p>Reduções ou isenções de contribuições ao Estado, nessas áreas.</p> <p>Apoios à manutenção de postos de trabalho (redução de carga de participação à Segurança Social).</p> <p><i>Meios necessários:</i> Fundos comunitários, ou nacionais. Medidas exequíveis e atractivas aos proprietários/arrendatários. Regalias fiscais.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Comunidade local; Estado; ICNB.</p>

**Grupo 4 - Fichas de trabalho**

**Tabela 4.1. Aspectos positivos identificados**

<p><b>Diálogo/Comunicação/Sensibilização</b> Interacção entre entidades e pessoas, adopção de pontos de vista, consciencialização.</p>
<p><b>Preservar a natureza</b> Vida melhor, mais saudável, conservação do património natural, aproveitamento posterior para Turismo da Natureza</p>
<p><b>"Marca" Rede Natura 2000</b> O facto do território estar classificado como Rede Natura 2000, confere-lhe um estatuto de destaque e reconhecimento. Os produtos e serviços provenientes/prestados nesta região poderão ser associados a essa "marca" (se convenientemente explorada), a qual tem implícito: Biodiversidade; Conservação da Natureza; Desenvolvimento sustentável. Trata-se no entanto de um aspecto positivo "potencial", sem grande aderência à realidade actual vivida pelos agentes locais. A marca "lince" ou "território para o linco" poderão ser marcas associadas à Rede Natura 2000.</p>

**Tabela 4.2. Problemas identificados**

<b>Ordem</b>	<b>Problema</b>	<b>Pontuação</b>
1.	<b>Falta de equilíbrio entre planos ambiental, social e económico.</b> As políticas e as orientações de gestão definidas para as áreas de RN 2000 tendem (no quadro actual) a minorar questões sociais e económicas, dando prioridade às questões ambientais (biodiversidade, gestão dos recursos naturais)	15
2.	<b>Desadequação e deficiente activação dos agentes de administração e fiscalização.</b> Ausência ou suficiente trabalho de proximidade junto das populações e actores locais; excesso de repressão (versus educação/divulgação); aplicação do "princípio de precaução" em excesso, sem fundamentação credível; incompreensão das necessidades e expectativas dos agentes locais; falta de diálogo / diplomacia. As políticas de activação são definidas sem discussão prévia com os agentes e sem conhecimento ou reconhecimento das necessidades locais. Reacção negativa dos agentes locais ao "problema" (deficiente actuação dos organismos de administração e fiscalização).	12
3.	<b>Deficiente informação / Participação dos agentes locais.</b> Ausência de gestão participada envolvendo as populações e os actores locais relevantes. Importância da divulgação das oportunidades associadas à boa gestão dos recursos locais, através da disseminação de boas práticas. Importância de levar a efeito acções de educação ambiental e de conhecimento das potencialidades do território que promovam o seu desenvolvimento sustentável.	9
4.	<b>Falta de indústria / Falta de pólo de emprego</b> Para as pessoas ficarem na região, motivará as pessoas a trabalhar.	8
5.	<b>Impossibilidade de desenvolvimento local devido às restrições (desmotivação)</b> Impossibilidade de rentabilizar a terra com arrendamento; com o mato não é possível a aplicação do RPV porque o mato não permite o crescimento da pastagem e inviabiliza o pastoreio dos pequenos rebanhos de pessoas mais carenciadas da freguesia. As pessoas estão desmotivadas, não querem trabalhar porque recebem subsídios.	5



**Tabela 4.3. Soluções identificadas para os 3 Principais problemas**

<p><b>Problema 1</b> <b>Falta de equilíbrio entre planos ambiental, social e económico.</b></p>	<p><b>Articulação entre entidades envolvidas</b> Analisar no terreno as necessidades a nível ambiental, social, económico, envolvendo todas as entidades. Negociar as medidas e acções com agentes envolvidos. Incluir medidas compensatórias. Fundamental a articulação entre Ministérios.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Técnicos e financeiros. Implementação rápida.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> - Autarquias, Ministério da Agricultura / do Ambiente, ICNB, Proprietários, Técnicos.</p>
	<p><b>Redefinição de medidas de política</b> Redefinição de medidas de política orientadas que conduzam a um maior equilíbrio nas prioridades para a RN 2000. Reavaliação da aderência da política empreendida até ao momento aos objectivos traçados e ao nível da aceitação. Maior aproximação dos princípios orientadores da Rede Natura 2000 (definidos ao nível da Comissão Europeia), no plano Nacional (políticas enquadradoras) e no plano de actuação local (políticas de atracção dos agentes). Maior imparcialidade dos agentes que motivam as políticas. Diversificação das equipas que definem políticas enquadradoras e de actuação, tornando-as mais pluridisciplinares (áreas social, económica, cultural e áreas técnicas específicas – agronomia, floresta, caça, etc.).</p> <p><i>Meios necessários:</i> Formação de equipas equilibradas e imparciais. Optimizar os fundos comunitários disponíveis para o desenvolvimento. Contratação de técnicos especializados ou consultores.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> ICNB, MAOT, MADRP, AFN</p>
<p><b>Problema 2</b> <b>Desadequação e deficiente activação dos agentes de administração e fiscalização.</b></p>	<p><b>Financiamento</b> Atribuição de mais verbas para disponibilização de recursos logísticos e meios humanos e materiais. Formação.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Recursos financeiros e recursos humanos.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Representantes do Ministério dos agentes envolvidos, SEPNA e ICNB.</p>
	<p><b>Construção de novas plataformas de entendimento</b> Formação dos agentes nas áreas específicas nas quais actuam para as quais não têm competências (ICNB e SEPNA) e/ou incorporação de especialistas em áreas específicas. Maior diálogo com os agentes locais e implementação de política de sensibilização e correcção de actos incorrectos, previamente a acções repressivas (a serem accionadas em casos de reiterado incumprimento ou situações de grave violação nos princípios ou objectivos de conservação). Organização de reuniões periódicas entre administração e “administrados” para auscultação de sensibilidades, problemas e soluções.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Formação dos agentes direccionada para as áreas específicas. Recrutamento de mais meios (e mais adequados ao nível das competências e</p>

	<p>valências). Criação de comissão de acompanhamento com participação dos agentes locais</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> ICNB, SEPNA, AFN, DRA, organizações representativas das diferentes actividades, organizações de desenvolvimento local e ONGAs.</p>
<p><b>Problema 3</b> <b>Deficiente informação / Participação dos agentes locais.</b></p>	<p><b>Maior divulgação directa junto das pessoas</b></p> <p>Sessões de esclarecimento frequentes em locais chave (para que todas as pessoas tenham acesso). Apoio técnico na explicação de regulamentos e de preenchimento de formulários. Mais divulgação em cafés e outros locais públicos.</p> <p><i>Meios necessários:</i> "Actores Chave" (pessoas chave dos locais). Espaços públicos</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> conselhos cinegéticos, ADL, autarquias, associações produtores florestais, associações agricultores e ONGAs</p>
	<p><b>Implementação de estratégias de dinamização e participação dos agentes locais</b></p> <p>Importância da divulgação das oportunidades associadas à boa gestão dos recursos locais, através da transferência e disseminação de boas práticas reconhecidas enquanto tais.</p> <p>Importância de levar a efeito acções de educação ambiental e de conhecimento das potencialidades do território que procuravam o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Importância de incorporação nos curricula de uma disciplina de empreendedorismo que dinamize a iniciativa individual para a gestão empresarial no aproveitamento das oportunidades associadas aos recursos endógenos.</p> <p>Discriminação positiva no apoio às iniciativas empresariais que demonstrem inovação e qualidade no uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>Criação de momentos e fóruns de discussão ao nível local que permitam reavaliar o trabalho desenvolvido e auscultar os actores participantes quanto a melhorias a incorporar nos planos futuros estratégicos/gestão.</p> <p><i>Meios necessários:</i> Equipas pluridisciplinares de técnicas, usando a metodologia das Agendas 21 Local. Participação dos "criadores de boas práticas", disponibilizando e transmitindo a sua experiência. Identificação de programas financeiros direccionados para as questões da participação.</p> <p><i>Instituições e agentes envolvidos:</i> Ministérios da Economia e da Educação e do Ambiente, Agricultura, autarquias locais, ADLs, ONGAs, Escolas e organismos de administração ligados ao ambiente.</p>